



POSICÃO DA UGT- 11ª AVALIAÇÃO DO PAEF

A 11ª avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro realizado pela Troika ocorre num momento em que é inegável que, não obstante a recente evolução positiva de alguns dos dados macroeconómicos, nomeadamente em matéria de PIB, de taxas de juro e do défice orçamental, a situação económica e social em Portugal permanece muito preocupante, com o desemprego a aumentar, com situações de pobreza, exclusão e desigualdades sociais a alastrar, persistindo ainda sinais de alerta e de fortes riscos quanto a um novo agravamento da situação económica e social no curto prazo, fazendo perigar ainda mais os mínimos de dignidade e de sobrevivência dos portugueses.

Desde meados de 2011 e decorridas já dez avaliações formais da implementação do PAEF em Portugal, que a Troika, sempre alheia à gravidade dos problemas sociais e económicos resultantes da sua actuação e indiferente à multiplicação das notas críticas à sua intervenção, se mantém intransigente na defesa e imposição de políticas fortemente marcadas pela redução dos rendimentos dos portugueses e dos custos do factor trabalho - salários, pensões, prestações sociais, níveis de fiscalidade sobre o trabalho - pelo “emagrecimento” da Administração Pública a qualquer custo e pela redução do Estado Social.

Tal tem sido aliás notório nestas mesmas reuniões realizadas com os parceiros sociais, em que a Troika vem e ouve as posições de cada um, não emite qualquer juízo crítico concreto sobre as mesmas, nada revela das suas intenções futuras, as quais constatamos depois nada integrarem das preocupações aqui expressas.

A mesma indiferença parece manter-se face às duras críticas que o Parlamento Europeu teceu no quadro do seu parecer sobre a intervenção da Troika, que não só questionou a coerência e razoabilidade económica e social das políticas impostas aos Estados-membros, como assumiu que as medidas de consolidação financeira e as reformas estruturais impostas puseram em risco o respeito por instrumentos fundamentais como a Carta Social Europeia ou até os Tratados Europeus.

Por conseguinte, não nos surpreendem as declarações e posições de responsáveis do FMI e da Comissão Europeia que têm antecedido esta 11ª avaliação, as quais continuam a insistir no mesmo caminho para Portugal, o caminho de mais austeridade, o qual rejeitamos por completo.

Surpreende-nos porém que, sendo reconhecido que à luz dos indicadores actuais a recuperação futura é frágil e incerta, o que acaba por ser a constatação da incerteza dos resultados e do fracasso das políticas que ela própria defendeu, continue a Troika a afirmar que a solução para Portugal passa por mais flexibilização laboral, por mais rescisões na Administração Pública, por mais cortes nos salários e pensões e por um ainda maior enfraquecimento do mercado interno, que apenas contribuirão para a deterioração do mercado de trabalho, para a destruição do Estado Social e da paz social no nosso País, dificultando ainda mais a retoma económica.

Não é menos grave que instituições com a responsabilidade que têm as que integram a Troika apareçam com propostas como a de redução de salários, relativamente às quais se referem *a posteriori* como sendo hipóteses de trabalho. Parece-nos grave que essas hipóteses sejam colocadas, mesmo que apenas enquanto tal, num País que se confronta com uma situação como a de Portugal, e que esse possa ser o rumo que está a seguir a solidariedade europeia.

Não podemos aceitar que a Troika continue a insistir na receita de mais e mais austeridade, parecendo não só querer ignorar os impactos negativos que tal solução tem tido no bem-estar das pessoas e na situação económica e social, como também que, em muitas áreas, o Governo português já foi inclusive mais longe do que o estabelecido no Programa de Ajustamento, antecipando os próprios desejos da Troika.

Essa situação ocorre nomeadamente:

- Com a redução dos efectivos na Administração Pública. Em 2013, a redução do número de trabalhadores foi de 3,8% face a 2012 e de cerca de 8% em relação ao final de 2011, ou seja, claramente acima dos 2% de média anual prevista no Memorando, levando a que hoje o peso dos trabalhadores na esfera pública já seja inferior à média da UE e OCDE;

- Com a carga fiscal. A excessiva carga fiscal e o enorme e injusto sacrifício exigido aos trabalhadores e pensionistas em 2013 em muito contribuiu para um resultado orçamental melhor que o previsto, sem que em 2014 tenha existido nenhuma medida de alívio face aqueles grupos ou que se tenha realizado um esforço para retomar o equilíbrio existente entre impostos. Parece-nos profundamente injusto que a Troika saude e defenda a redução da carga fiscal para as empresas e lance já alertas sobre a descida dos impostos sobre o trabalho, mesmo para o período após a sua saída.

A insistência em tais políticas em pouco contribuirá para melhorar níveis de confiança e para alterar percepções por parte dos agentes económicos e das famílias, sem os quais não são expectáveis novos investimentos e criação de empregos e de riqueza.

A posição irredutível que a Troika tem assumido não pode deixar de levar, do nosso lado, a que a UGT insista novamente num conjunto de propostas que consolidam uma mudança de estratégia.

Assim, a UGT não pode, uma vez mais, deixar de exigir políticas diferentes, medidas adequadas à nossa realidade económica e social, bem como tempo suficiente para implementar as mudanças necessárias, garantindo que a consolidação orçamental ocorra em simultâneo com uma retoma económica sustentável, com a criação de emprego e com políticas sociais mais justas e equitativas, minimizando os efeitos adversos de tais mudanças.

A dinamização da nossa economia não pode continuar a ser sustentada exclusivamente pelas exportações, considerando a UGT que a dinamização da procura interna permitiria desde logo reequilibrar o programa de ajustamento, compatibilizando a manutenção de um equilíbrio nas contas externas com uma melhor execução orçamental e redução do desemprego, o que se sempre se nos afigurou essencial.

O contexto actual exige que seja promovida com urgência uma discussão séria em torno de uma política de rendimentos, que vise sustentar uma procura interna mais dinâmica e, por essa via, uma recuperação económica e do emprego. Tal discussão não pode igualmente deixar de ter presente o papel da política de rendimentos como instrumento de combate à pobreza, num quadro em que a tendência de redução que se verificava foi interrompida em 2012.

Assim, a UGT volta a lembrar que o aumento do salário mínimo, congelado por imposição da Troika desde o início de 2011 em 485€ (o mais baixo valor da zona euro), é não apenas uma questão social fundamental mas igualmente uma condição essencial para o crescimento económico e o emprego, como o têm vindo a afirmar e a demonstrar instituições como a OIT.

A UGT rejeita igualmente todas as medidas que visem reduzir, uma vez mais, os salários públicos ou privados, demarcando-se de todos os que defendem uma melhoria da nossa competitividade e da nossa capacidade exportadora por via da redução dos custos salariais, parecendo ignorar não apenas todo o ajustamento já operado nestes últimos dois anos, em que Portugal registou das maiores quebras salariais da EU, como também que a competitividade através de baixos salários jamais será um modelo de crescimento sustentável para o nosso País.

Sempre defendemos e apoiámos medidas de apoio à competitividade, mas com base em reformas centradas na adaptabilidade das pessoas, nas competências, na inovação e na melhoria da capacidade empresarial e não na redução de salários e custos do trabalho ou na desregulação do mercado de trabalho.

É portanto com enorme apreensão que vemos os serviços públicos e as funções sociais do Estado serem reiteradamente postos em causa por políticas de cortes cegos e indiscriminados das despesas públicas, em áreas centrais como a educação, saúde, transportes e mobilidade. Indicadores de desenvolvimento importantes como a mortalidade infantil ou abandono escolar precoce mostram a inaceitável inversão do rumo do desenvolvimento e do Estado Social em Portugal.

Mais do que nunca, a retoma económica e a sua sustentabilidade futura dependem e exigem investimentos estruturantes em áreas essenciais como a qualificação dos recursos humanos, a inovação e em bons e eficientes serviços públicos (que deveriam ser o objecto de uma verdadeira Reforma do Estado, que não se compadece com cortes cegos) ou ainda energias renováveis e economia verde, indo ao encontro da estratégia Europa 2020.

Ao alhear-se destas dimensões e ao insistir com mais flexibilização laboral, mais especificamente com desregulação laboral, procurando retirar autonomia e competências aos parceiros e reduzir direitos aos trabalhadores, a Troika vem confirmar que ao longo de

todo o período de vigência do PAEF não procurou conhecer a realidade portuguesa nem a sua dinâmica empresarial e social, de modo a adequar as suas políticas e orientações, tendo uma abordagem sobretudo de natureza teórica e ideológica.

Com efeito, a Troika continua a constituir-se como uma verdadeira força de bloqueio a uma efectiva negociação colectiva e, por conseguinte, ao próprio objectivo que afirma visar atingir: uma mais eficiente regulação e adaptabilidade no mercado de trabalho.

Diga-se que esta posição da Troika tem contado com o apoio do Governo, mesmo quando tal implica desrespeitar compromissos assumidos com os parceiros sociais, nomeadamente em sede de CCCE.

Há muito que a Troika vem, em nome de uma pretensa sustentabilidade, insistindo também na necessidade de reformar os sistemas de pensões em Portugal, defendendo convergências entre os sistemas público e privado, a redução dos valores das pensões ou ainda o aumento da idade legal de reforma, sem nunca ter presente consensos e compromissos sociais anteriormente alcançados.

Apesar do Governo já ter, unilateralmente e com a discordância dos parceiros sociais, aumentado a idade de reforma para 2014 e anos seguintes, reduzido as pensões de sobrevivência, mantido a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, tal situação volta a suceder nesta 11ª avaliação, perpetuando a inaceitável situação de incerteza quanto ao futuro que se tem abatido sobre os trabalhadores.

Não só a visão da Troika no que concerne aos sistemas de pensões se revela marcadamente ideológica e baseada em premissas erradas, como não podemos aceitar que se pretendam resolver problemas orçamentais de curto prazo com medidas permanentes e muito penalizadoras para os trabalhadores.

Tal é tão mais gravoso quando se visa atingir tais fins colocando em causa todo o sistema de protecção social de um País e os equilíbrios que historicamente se geraram na construção do seu Estado Social.

Não podemos ainda aceitar que se procurem impor soluções, que em última instância, implicam fortes perdas de direitos sociais dos trabalhadores e dos pensionistas, sem que simultaneamente se actue também sobre as causas que estão na base dos problemas da

segurança social, tais como o funcionamento do mercado de trabalho (desemprego, precariedade laboral, política de baixos salários, emigração, políticas activas de emprego) ou ainda a política fiscal. Mais contraditório será ainda se se actuar no sentido de agravar tais factores, como se parece pretender.

Não podemos concordar com avaliações da situação portuguesa que realizam uma análise fria de um ou outro indicador macro do dia-a-dia de milhares de portugueses, sendo necessário não esquecer que o sucesso ou insucesso do programa de ajustamento só pode, no presente e no futuro, ser julgado pelo bem-estar gerado nas pessoas.

Por fim, a UGT deve insistir que seria importante que a Troika reconhecesse o papel fundamental dos parceiros sociais nos sistemas democráticos, mantendo um efectivo diálogo que garante o envolvimento daqueles na construção das soluções e das políticas.

A valorização das políticas que defendemos e a via do diálogo para as atingir deveriam assim ser reflectidas no próprio texto do Memorando. Assim, não apenas o Memorando não deveria perpetuar opções de ataque aos parceiros sociais como deveria respeitar os consensos por eles obtidos e as necessidades de diálogo por eles insistentemente defendidas. Consideramos assim essencial que, mesmo que tardiamente, a Troika introduza no Memorando um claro sinal do seu respeito pelo sistema de relações laborais e de diálogo social nacionais, sublinhando a necessidade de diálogo em matérias fundamentais para os parceiros sociais e para o País, como a dinamização da negociação colectiva e a valorização do salário mínimo.

Estas não são ideias novas ou desconhecidas pela Troika, esperando a UGT que sejam ouvidas e que, após 10 avaliações formais do PAEF, tenham finalmente o eco nas instituições que a integram e nas políticas que definem para Portugal.

Este não é um mero desiderato da UGT, enquanto parceiro social consabidamente responsável.

É um imperativo ético e moral, social e solidário.